

BOLETIM 86

Brasília, 21 de março de 2016

Desemprego atinge maior taxa em 2015, diz PNAD Contínua

Em 2015, o número de desempregados atingiu 8,6 milhões, um aumento de 27,4% em relação a 2014, quando fechou o ano com 6,7 milhões. Assim, no ano passado a taxa de desemprego (ou “desocupação”) foi de 8,5%, em média, a maior da série iniciada em 2012, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada na terça-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No quarto trimestre de 2015, o nível de desemprego atingiu 9%, um aumento de 2,5 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2014. Com isso, a população desocupada atingiu 9,087 milhões de pessoas, um salto de 40,8% (ou mais 2,6 milhões de pessoas) na comparação com o mesmo trimestre de 2014. “Foi o maior crescimento dessa população, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, na série da PNAD Contínua”, segundo o IBGE.

No entanto, tanto o aumento de 27,4% quanto o aumento de 40,8% na população desocupada, nas duas bases de comparação acima, estão subestimados e não refletem inteiramente a realidade.



Tanto assim que no confronto das médias anuais de 2014 e 2015 o crescimento do número de desempregados foi de 1,8 milhões de pessoas. Ora, somente as demissões de trabalhadores com carteira assinada somaram 1,54 milhões em 2015, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Faltam ainda computar nesse montante as demissões dos trabalhadores sem carteira. O próprio aumento de desempregados do quarto trimestre (+2,6 milhões) apontado pela pesquisa contradiz o resultado anual.

Durante coletiva de apresentação da pesquisa, o coordenador de Trabalho e Rendimento do instituto, Cimar Azevedo, disse que a redução do contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (-1.094.000), na comparação do quarto trimestre de 2015 com o quarto trimestre de 2014, “vem principalmente com a redução do contingente de trabalhadores na indústria. (...) Essa queda tanto do emprego com carteira como também do emprego sem carteira, a queda do emprego como um todo, tem como reflexo o aumento do contingente de trabalhadores por conta própria [+1.139.000]. Aumenta o contingente de trabalhadores por conta própria, aumenta o contingente de empregadores [+46.000], de pequenos empregadores, principalmente para atividades



voltadas para a informalidade, com renda mais baixa, com qualidade de trabalho inferior àquele emprego que tinha origem anteriormente com carteira assinada, principalmente”. Isto é, aumentou os trabalhadores que fazem bico, que não são considerados na pesquisa como desempregados.

Ante ao mesmo trimestre de 2014, a taxa de desocupação subiu em todas as Regiões: Norte (de 6,8% para 8,7%), Nordeste (de 8,3% para 10,5%), Sudeste (de 6,6% para 9,6%), Sul (de 3,8% para 5,7%) e Centro-Oeste (de 5,3% para 7,4%). O Amapá registrou a maior taxa (12,5%). Entre as 27 capitais, Macapá tinha a maior taxa (14,6%). Entre as 21 regiões metropolitanas pesquisadas, Salvador (14,8%) registrou o maior nível de desocupação.

Conforme a PNAD Contínua, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores atingiu R\$ 1.913 no quarto trimestre de 2015, recuo de 2% em relação ao mesmo trimestre de 2014, quando o rendimento médio real era de R\$ 1.953. Entre as regiões, o Sudeste (R\$ 2.236) apresentou o maior rendimento médio e o Nordeste (R\$ 1.276), o menor. Entre as unidades da federação, o Distrito Federal tinha, em dezembro próximo passado, o maior rendimento (R\$ 3.629) e o Maranhão, o menor: R\$ 1.016. Nas capitais, Vitória (R\$ 3.951) mostrou o maior rendimento e Belém (R\$ 1.581), o menor.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “o ano de 2016, pelo menos em seus meses iniciais, deve continuar assombrado por essas tendências de agravamento da situação do emprego e do rendimento”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Caged de fevereiro será divulgado nesta terça-feira

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) divulga nesta terça-feira (22) os resultados de fevereiro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os dados estarão disponíveis, a partir das 15h, na página do MTPS.

As dúvidas serão esclarecidas, por telefone ou e-mail, pelo diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTPS, Márcio Borges.

Trabalhadores Sem Teto protestam no Ministério das Cidades

Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizaram um protesto na quarta-feira, 16, em frente à sede do Ministério das Cidades, em Brasília. Segundo a entidade, a ação faz parte de uma série de atos para pressionar a presidente Dilma Rousseff a liberar os investimentos para a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida.

Para o MTST a presidente Dilma deixou as pautas populares para favorecer as reivindicações da elite.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



49,8% da população brasileira ainda vive sem saneamento básico

Um levantamento realizado pelo Instituto Trata Brasil, baseado em dados de 2014 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), revelou que metade da população brasileira ainda não possui esgoto coletado em suas casas, e que cerca de 35 milhões de pessoas nem sequer têm acesso à água tratada no país. O levantamento foi divulgado no mês passado pelo Ministério das Cidades.

O índice de 49,8% da população sem saneamento coloca o Brasil em 11º lugar no ranking latino-americano deste serviço. Os números mostram que a coleta de esgoto melhorou só 3,6 pontos percentuais nos últimos cinco anos e ainda está muito distante da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Saneamento Básico, que é atingir 93% de coleta no país em 2033.

“Caso se mantenha o ritmo atual, estimamos que só teremos serviços de saneamento universalizados a partir de 2050. Os

patamares de atendimento do Brasil se mostram modestos mesmo na comparação com seus pares latino-americanos”, afirma Gesner Oliveira, ex-presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e autor do estudo.

Tal descaso com o saneamento básico de nosso país reflete diretamente na proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, que vem atingindo números cada vez mais severos e preocupantes. Em cinco anos, mais de R\$ 8,2 bilhões deixaram de ser aplicados pelo governo federal em saneamento.

Ainda de acordo com o levantamento, metade dos R\$ 12,2 bilhões investidos em saneamento no país ficou concentrada nas cem maiores cidades brasileiras. Mas, segundo o estudo, 64% das cidades analisadas investem menos de 30% do que arrecadam com a tarifa de água e esgoto cobrada dos consumidores.

“O avanço, além de lento, é desproporcional. Só as 20 melhores no ranking do saneamento investem, por habitante, duas vezes e meia a mais do que as 20 piores”, afirma o presidente executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Sessão do Plenário inicia contagem do prazo de defesa de Dilma Rousseff

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou na sexta-feira (18) a pauta de votações para a próxima semana, que começa com uma sessão deliberativa extraordinária do Plenário já nesta segunda-feira (21), às 18 horas.

“Esta sessão terá na pauta a Medida Provisória 698/15 e o projeto sobre o teto [do funcionalismo público - PL 3123/15], que foi acordado para ser votado nesta data”, disse Cunha. Segundo ele, a sessão já estava programada e não tem a ver com a contagem de prazos da comissão especial que analisa a abertura de processo contra a presidente Dilma Rousseff.

O presidente da Câmara informou ainda que, na terça-feira (22), a pauta de votações do Plenário deverá se estender por todo o dia, uma vez que as comissões temáticas da Casa ainda não foram instaladas. “Qualquer sessão que der quórum no dia já conta [prazo]. Não é só a sessão deliberativa que vale para efeito de contagem de sessões. Essa parte do Regimento Interno já foi alterada no passado com essa finalidade”, esclareceu Cunha.

Na quarta-feira (23), segundo Eduardo Cunha, o painel eletrônico será aberto apenas para tentar votar “uma pauta consensual”. “A marcação do painel será suficiente para que os parlamentares possam se deslocar aos seus estados em função da Semana Santa”, disse.



Comissões - Cunha também confirmou a realização de uma reunião do Colégio de Líderes às 16 horas de segunda-feira (21) para definir a composição das comissões permanentes da Casa após o fim da janela partidária — período em que é permitida a troca de partidos —, que se encerra nesta sexta-feira (18).

“A partir daí, se alguma alteração regimental for definida, vamos debater ao longo da semana para que, já na semana seguinte, possamos fazer a instalação das comissões permanentes da Casa”, finalizou.

Os líderes debatem a possibilidade de mudar o Regimento de modo a considerar, para fins de ocupação das vagas nas comissões permanentes, os tamanhos das bancadas após as trocas de partidos feitas durante a janela.

Contagem de prazo - Ao abrir a sessão de debates convocada para esta sexta-feira, Cunha agradeceu a presença dos parlamentares. “Eles deram quórum a esta sessão considerando a gravidade e a importância do momento para o País, não deixando de cumprir o compromisso de estarem presentes às sessões da Câmara”, afirmou.



Cunha voltou a dizer que a Câmara será rápida na análise do impeachment de Dilma. "Depois que se chega a este estágio, o melhor para todos é que se resolva com celeridade. Nós precisamos efetivamente enfrentar esse problema e encerrá-lo, de uma forma ou de outra, seja qual for a decisão do Plenário. Nós não podemos ter o impeachment como agenda única", explicou.

Fonte: Agência Câmara

Presidência diz que declarações de Delcídio são "estratégia de vingança"

A Presidência da República divulgou sexta-feira (19) nota afirmando que o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) segue "sua estratégia de vingança contra todos os que não agiram para evitar que fosse mantido preso pela revelação de que tentava obstruir investigações que poderiam prejudicá-lo". A nota foi uma reação à entrevista do ex-líder do governo no Senado à revista Veja, publicada na edição deste fim de semana.

Segundo a revista, Delcídio disse que "tanto Lula quanto Dilma tinham pleno conhecimento da corrupção na Petrobras e, juntos, tramaram para sabotar as investigações [da Operação Lava Jato], inclusive vazando informações sigilosas para os investigados".

Para a Presidência, o senador repete as "inverdades e absurdos declarados na sua delação premiada" e "volta a fazer ataques mentirosos e sem qualquer base de realidade contra o governo

da presidenta Dilma Rousseff". "Inventa estórias mirabolantes, busca vitimizar-se e atribui a outros condutas ilícitas e imorais de sua exclusiva autoria", diz a nota.

Fonte: Portal EBC

AGU recorre ao STF para suspender decisões sobre posse de Lula

A Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou neste domingo, por meio eletrônico, medida cautelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão do andamento de todos os processos e decisões judiciais que impedem a posse do ex-presidente Lula no cargo de ministro da Casa Civil da Presidência da República.

A AGU pediu que os processos sejam suspensos até que o STF decida sobre as ações patrocinadas pelo PSB e PSDB. Ambas tem o ministro Teori Zavascki como relator.

Fonte: Portal EBC

Tombini participa de audiência no Senado

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa na terça-feira (22), pela primeira vez no ano, de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Ele vai dar explicações sobre a



execução da política monetária brasileira e traçar as perspectivas para os próximos meses.

Essa prestação de contas deve ocorrer trimestralmente, segundo prevê o Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, em atenção a um requerimento apresentado pelos senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o presidente do Banco Central deve esclarecer porque a taxa de juros foi mantida em 14,25%, no começo de março.

Os dois senadores do PSDB argumentaram que a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) foi “estranha”, uma vez que Alexandre Tombini contrariou o chamado “silêncio do Copom” e divulgou um comunicado alertando para as novas projeções do Fundo Monetário Internacional de queda do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Segundo o requerimento, essa ação abriu espaço para especulações do mercado e “deixou no ar” suspeitas de que a instituição se submetera às pressões do governo contra o aumento dos juros.

Na última vez em que esteve na CAE, em 15 de dezembro, Alexandre Tombini admitiu que a inflação só retornará ao centro da meta de 4,5% em 2017. Essa meta é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Em 2015, a inflação foi de 10,67%, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Agência Senado

Novo Código de Processo Civil já está valendo

Entrou em vigor na sexta-feira (18) o novo Código de Processo Civil (CPC), que promete agilizar as decisões judiciais por meio de medidas como o estímulo ao acordo entre as partes e a limitação no número de recursos.

As inovações podem reduzir até pela metade a duração dos processos, segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas criada em 2009 pelo Senado para contribuir com a atualização do código.

Estudos indicam que o período processual no Brasil leva, em média, dois a oito anos, mas pode superar uma década em questões mais complexas.

O CPC regula a tramitação das ações judiciais da maioria dos ramos do direito. Inclui o direito civil, o tributário, o comercial, o previdenciário e questões relacionadas à família, ao consumo e aos servidores públicos, entre outras. Trata dos interesses dos indivíduos desde antes do nascimento e até mesmo depois da morte, por meio dos sucessores.

Sancionada em março do ano passado, a Lei 13.105/2015, que trata do novo CPC, abriu um período de 12 meses para que o sistema judiciário se adequasse às novas regras. Advogados, promotores e defensores públicos também precisaram desse tempo para se adaptar.

Fonte: Agência Senado



Trabalhador que comprova exercício em atividade profissional perigosa faz jus à aposentadoria especial

A Primeira Câmara Previdenciária de Minas Gerais concedeu aposentadoria especial à parte autora da demanda, mediante o reconhecimento do trabalho especial pelo requerente exercido no período de 5/5/1986 a 20/6/2001, a partir da data do requerimento administrativo, que se deu em 20/6/2001. No caso, o beneficiário comprovou ter trabalhado em subsolo de mineração em frente de produção durante todo o período mencionado.

Em suas alegações recursais, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sustenta a inexistência de comprovação do trabalho especial prestado nos períodos pleiteados, principalmente depois de 1997, devido à falta de laudo pericial que comprove que o autor estava submetido a ruídos superiores a 90 decibéis. O demandante também apelou para requerer a elevação dos honorários advocatícios, fixados na sentença em R\$ 350,00, para um percentual de 15% a 20%.

Ao analisar a questão, o Colegiado deu parcial provimento a ambos os recursos. Em seu voto, o relator, juiz federal convocado Márcio José de Aguiar Barbosa, explicou que a contagem do tempo do serviço para fins previdenciários deve observar a legislação vigente à época da prestação do serviço.

“No caso de mineração de subsolo, até a edição da Lei 9.032/95, a concessão de

aposentadoria especial estava condicionada ao exercício da atividade profissional considerada perigosa. Em relação ao período posterior à citada lei, exige-se o exercício de determinada atividade com exposição habitual e permanente aos agentes nocivos previstos na legislação”, esclareceu o relator.

O magistrado ressaltou que o autor comprovou seu enquadramento profissional como mineiro de subsolo, bem como sua exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos que justificam a concessão de aposentadoria especial, após um período de 15 anos no exercício dessas atividades.

Sobre o pedido de alteração dos honorários advocatícios, o relator entendeu por bem fixá-los em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), às parcelas vencidas até a sentença. Processo nº: 0000515-34.2005.4.01.3803/MG

Fonte: TRF 1ª Região

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)